

Publicado em Almeida, G. R. e Brandão, R. V. - *Estado, democracia e participação popular na América Latina*. Rio, Ed. Autografia, pp. 11- 31. ISBN 978 85 518 0474 2

## **Estado, Democracia e Participação na América Latina\***

Virgínia Fontes

Antes de começar essa nossa conversa, tomemos dois cuidados prévios. O primeiro é não homogeneizar o conjunto das lutas, conquistas e dificuldades da América Latina. Temos uma história de colonizações, extermínios e violência comuns. Temos também longuíssima experiência de impactantes lutas populares, de duríssimas ditaduras, de redemocratizações, algumas muito limitadas e outras muito avançadas. Cuba persiste e sua própria existência é um desafio cotidiano ao capitalismo no cenário internacional. Em alguns países – especialmente Bolívia – houve uma intensa politização do campesinato, especialmente dos grupos indígenas, ou indigenato, com avanços reais na própria estruturação nacional. Em outros, como na Venezuela, a intensa politização dos setores subalternos urbanos criou um lastro fundamental de protagonismo popular, apesar da intensa crise que experimenta na atualidade. Essas conquistas populares sofrem ataques concertados de diversas direções, no interior desses países, a partir de países da própria região e de terceiros países, a começar pelos Estados Unidos. Em outros países, golpes de Estado de novo tipo tentam dismantelar a própria possibilidade de conquistas sociais, como Honduras e Paraguai.

É portanto com clareza das diferenças e da importância das lutas populares em Nuestra América, que esta intervenção se debruça cautelosamente sobre alguns dos obstáculos que as organizações dos trabalhadores precisam superar, tomando como exemplo sobretudo o caso brasileiro.

O segundo alerta prévio é trabalharemos com tema delicado, o da democracia. As históricas lutas populares em prol de igualdade social e de liberdade são o cerne da questão democrática. Em raras ocasiões, entretanto, ambas – igualdade e liberdade – foram contempladas. Decerto, a partir de finais do século XIX, ocorreram conquistas sociais, civis e políticas que para muitos circunscreviam os limites do termo democracia (MARSCHALL, 1967). Para estes, a admissão da existência de classes sociais e da legitimação de seus conflitos nas instâncias políticas abriria possibilidades históricas de novo tipo, num processo progressivo de socialização e de avanço de direitos. Marx

---

\* Este texto resulta de Conferência proferida para a Abertura do Seminário Internacional Estado, Democracia e Participação na América Latina, na Faculdade de Formação de Professores-FFP da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 2015. O texto não recebeu atualização, ainda que conte com algumas informações mais recentes em notas de rodapé.

valorizou tais lutas e processos enquanto emancipação política, embora alertasse para o necessário enfrentamento das relações sociais capitalistas, condição para uma efetiva emancipação social. Tampouco os processos revolucionários do século XX, que avançaram muitíssimo em conquistas igualitárias, conseguiram perpetuá-las. Tais lutas sociais não ocorriam no vazio e sofreram também reiterados processos de apequenamento das conquistas, de seu escopo e de sua redução a mero “procedimento decisório”, ele próprio muitas vezes truncado. (HOBSBAWM, 1988; LOSURDO, 2004 e 2006). O alerta pretende não reduzir o alcance e a importância das reivindicações democráticas, ao mesmo tempo em que precisamos não esquecer que, mantidas as condições de expansão das relações sociais, econômicas e políticas características do capitalismo, a democracia pode se converter em figura de retórica.

Realizaremos um exercício a partir da releitura de texto de Florestan Fernandes sobre a América Latina - *Poder e contrapoder na América Latina* [FERNANDES, 1981]– apreendendo sua forma peculiar de análise, capaz de unir a posição política radical, estritamente anticapitalista e socialista em seu rigoroso fundamento analítico, à capacidade compreensiva para pensar as condições objetivas e, sobretudo, subjetivas, das massas trabalhadoras latino-americanas.

Esse é o nosso desafio – apreender não apenas as respostas que Florestan elaborou, nem somente repetir suas proposições, mas capturar o teor e as categorias de análise que empregou, procurando pensar com ele e a partir dele uma parcela do desafio atual das lutas sociais na AL.

Apresentaremos três temas, tratados rapidamente: o neoliberalismo, a democracia e o papel crescente desempenhado pelo Brasil no contexto regional a partir dos governos Lula. Os projetos e as condições para essa expansão brasileira não se limitam àqueles governos ou ao Partido dos Trabalhadores. Também a Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso acalenta planos de uma certa disseminação “democrática” na América Latina a partir do Brasil.

#### Florestan Fernandes e a América Latina, 1981

O ano de 1981 foi sacudido por explosões de bombas contra as oposições à ditadura empresarial-militar, no Brasil. De 1980 a abril de 1981 ocorreram mais de 40 atentados, atingindo alvos os mais diversos, dentre eles a Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro (atentado que matou Lyda Monteiro da Silva), bombas na Câmara Municipal, no jornal Tribuna da Luta Operária, além de diversas outras, culminando com o brutal ataque ao Riocentro, felizmente frustrado e no qual a bomba explodiu no colo dos militares prestes a lançá-la contra o público de um festejo de Primeiro de Maio. Interpretado por muitos como demonstração de força através de ameaças sangrentas, a conjuntura era lida diferentemente por Florestan Fernandes. Naquele mesmo

ano de 1981, Florestan escreveu artigo que versava sobre “revoluções interrompidas”<sup>1</sup>. O tema andava na moda e alguns autores repisavam os limites das revoluções socialistas e populares. Florestan aproveitaria o mote mas deslocaria tais acanhadas reflexões para abordar os limites das revoluções burguesas na América Latina.

Relendo o texto de Florestan, certamente há passagens que sofrem com o peso dos anos. No entanto, o cerne das questões que ele interpelou ainda constituem um roteiro seguro de viagem para esse nosso encontro. Dentre estes, ressaltam os dois temas, o primeiro de forma indireta, posto que não é o tema direto de Florestan, a descolonização. O segundo é o próprio cerne do argumento de nosso autor, os limites da 'transformação capitalista'. Florestan critica as lutas tradicionais que se opõem ao feudalismo, ou às estruturas arcaicas de produção, assim como aqueles que se limitam ao anticolonialismo. Reconhece sua importância enquanto lutas relevantes, como uma forma de expressão necessária, mas essa expressão permanece limitada, por não sair do quadro do reformismo burguês. Esse tipo de abordagem, para ele,

“[a] negligencia demais a necessidade de uma investigação rigorosa das formas de estratificação engrenada ao capitalismo neocolonial e ao capitalismo dependente; [b] **e põe em segundo plano a luta de classes propriamente dita, concentrando o impacto sobre os efeitos construtivos da mudança social espontânea, do desenvolvimentismo e, em particular, da secularização e da racionalização inerentes à expansão do urbanismo e do industrialismo.**” (...) “Em termos táticos, a tentativa para no patamar dos conflitos no seio das classes dominantes: jogar frações das burguesia, estruturadas na produção latifundiária e no setor de exportação ou inseridas na dominação externa, contra as frações estruturadas na expansão do mercado interno e da indústria.” (...) “Também desaguou, portanto, na órbita do reformismo burguês, embora não se possa subestimar sua importância quanto à mobilização política de setores da população pobre e trabalhadora...” (FLORESTAN, 1981:79-80)

Florestan relembra ainda que a independência política ocorrera com a **manutenção dos processos coloniais pelos setores modernos** nos novos países, pois “era do interesse primordial dos estamentos privilegiados e seus parceiros externos manter as formas de produção existentes e explorá-las com maior intensidade, onde isso fosse possível.” (Idem: 82), o que permitia aumentar a extração de o excedente através de tais formas arcaicas. Com isso,

“os 'custos' [do processo de capitalização] deveriam ser descarregados nos agentes diretos ou indiretos, centrais ou marginais das formas de produção e de trabalho preexistentes.” (...) Destaca assim o “**duplo caráter do novo padrão emergente** e em consolidação de desenvolvimento econômico: subordinado aos centros estratégicos da economia mundial e praticamente extorsivo sobre os trabalhadores rurais” (Idem: 83). (...) “Só tardiamente,

1 Florestan Fernandes. “Reflexões sobre as 'Revoluções Interrompidas' (uma rotação de perspectivas)”. Artigo escrito em 1981, para o livro **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio, Zahar, 1981. pp. 71-120.

nestes países, a universalização do mercado de trabalho atingiu o campo, ainda assim de modo parcial e deformado, já que sempre persistia, de algum modo, o 'resíduo colonial' na esfera do trabalho agrário.” (Idem: 85)

Florestan abordava uma América Latina então ainda grandemente rural, com expressiva parcela dos trabalhadores atuando no mundo agrário, sob inúmeras formas. Fazemos uma breve atualização, lembrando que os dados são muito agregados e é difícil ter uma ideia de conjunto, uma vez que nossos países são muito desiguais em tamanho, estrutura produtiva e padrões administrativos. Pode-se estimar que, em 1980, em torno de 40% da população da América do Sul estivesse em zonas rurais. O processo de expulsão do campesinato foi acelerado e, em 2014, a América do Sul conta com 83% de sua população em zonas urbanas. Para toda a América Latina e Caribe, a ONU assinalava um total de 79,5% de população urbana em 2014. (ONU, 2014)

Naquelas condições de ainda quase predomínio rural para grandes massas populares, Florestan sugeria:

“Não obstante as 'condições do atraso' (..) aconselham **uma luta sem quartel pela mobilização dessa massa, por sua organização em classes sociais e pelo desenvolvimento destas como classes independentes**. É fatal que seu nível de comprometimento político fique mais ou menos dentro da ordem e das 'reformas burguesas', mas só isso seria um avanço. Porque aí um amplo setor das sociedades nacionais entrará no jogo político ativo, consciente e organizadamente, podendo escolher entre as **opções capitalistas** da burguesia e as **opções socialistas** da vanguarda do proletariado.” (FFERNANDES, 1981:88)

O processo de descolonização, portanto, para Florestan, envolvia organizações capazes de ir além das denúncias e da defesa de condições pregressas de vida, mesmo se tais lutas eram importantes. Para ele, as massas (inclusive do campo) precisavam organizar-se *como classe social*, avançando para além do âmbito adaptativo que os processos modernizantes sugeriam.

Isso porque os limites da transformação capitalista não dependiam apenas um acerto com as potências imperialistas, “externas” ao processo histórico local. Para Florestan, tais limites expressam a própria forma (colonial, neocolonial ou dependente) do desenvolvimento do capitalismo na região. Para ele, o capitalismo neocolonial e o dependente não foram “simples produto das *correntes da história moderna*. Os países europeus (e, mais tarde, os EUA) não impuseram nada que fosse inevitável.” (Id: 92). Argutamente, alertava, nesse e em textos posteriores, para a aproximação entre as burguesias locais e as externas e observava, ainda, um possível redesenho das formas de dominação. O mais importante limite era a perda do sentido civilizatório e democrático de eventuais revoluções burguesas.

“... Para manter o desenvolvimento desigual e combinado em termos da vantagens estratégicas das classes burguesas, do centro e da periferia, terá de despojar a revolução

burguesa dos atributos que definiram a sua grandeza histórica na evolução da civilização moderna.” (Id: 94)

Como já indicara anteriormente, no capitalismo, mesmo em suas formas mais subalternas, era insuficiente tensionar algumas frações burguesas contra outras. Ele insistia que as classes burguesas não param e tentam queimar etapas, “como podem e sem arriscar-se”, o que envolve estabelecer formas de articulação flexível e eficaz entre capital interno, externo e Estado (Id: 94).

Pressupunha, ainda, que tal processo certamente envolveria formas novas no âmbito político:

“Provavelmente que a *segurança às brutas* deverá, a médio prazo, ser substituída por *segurança consensual*, obtida se preciso na base da cooptação generalizada de certos segmentos das classes médias e do proletariado.” (Id: 95)

Brasil e América Latina, 2015

Seguindo o argumento de Florestan Fernandes, as lutas pela descolonização deveriam ser também a luta pela superação do capitalismo, uma vez que este 'atualiza' e reformata a dominação colonial, dominação que *acopla* as dimensões externa e interna. Os subalternos, os dominados, devem portanto organizar-se como *classe, defrontar-se como classe* ao conjunto dos capitalistas e burgueses. Embora nem sempre tal procedimento consiga resultados imediatamente revolucionários, ele é condição fundamental para assegurar qualquer conquista, inclusive dentro da Ordem.

Nessa parte de nossa intervenção, destacaremos algumas armadilhas resultantes de processos de “modernização” e de seus agentes, que atuaram explicitamente em nome da democracia, embora com total descompromisso com seus conteúdos de liberdade e igualdade. Nos limitaremos a três processos, todos ainda em curso: a substituição paulatina da luta anticapitalista pela luta antineoliberal; a redução do escopo democrático, deslizando dos direitos à governabilidade e à governança e, finalmente, alguns aspectos do papel das classes dominantes brasileiras na América Latina.

1) mudança redutora de sentido das lutas populares: do anticapitalismo ao antineoliberalismo

Por diversas razões, em muitos momentos e em muitos países da América Latina, as lutas sociais ficaram encurraladas na denúncia e no enfrentamento do **caráter “neoliberal” do capitalismo**. Havia razões imediatas para isso, uma vez que na década de 1990 o ataque concertado aos direitos dos trabalhadores latino-americanos foi dramático. Enfrentando a nova configuração do capitalismo (a “globalização” e o “neoliberalismo”), a formação política e a própria estrutura

organizativa das lutas populares se defrontavam com novas dificuldades. Ocorreria uma repaginação de dilema clássico, já apontado por Florestan Fernandes, da expectativa “modernizadora” que, sem desaparecer, apresentava uma face ainda mais reduzida: a suposição de um retorno ao status quo anterior, a um capitalismo “benfazejo” idealizado.

Sequer tivéramos, na esmagadora maioria dos países latino-americanos, algo similar a um Estado de Bem-Estar. Tivemos promessas, algumas escassas iniciativas, com conquistas de direitos legais muito desigualmente implementados. Exatamente quando a impulsão democratizante parecia abrir as condições para a organização massiva e o enfrentamento político do próprio Estado capitalista, nos reencontrávamos simultaneamente defendendo conquistas recém realizadas e ainda frágeis, sem vislumbrar condições de avançar para enfrentamentos mais substantivos.

O fenômeno não foi apenas latinoamericano, embora tenha exibido aqui uma face especialmente perversa. O enfrentamento das contra-reformas neoliberais, encetadas sobretudo a partir da década de 1990 e conduzidas pelos diversos Estados por procedimentos “legais”, ainda que de maneira nenhuma legítimos, viu-se diante de desafios simultâneos: consolidar processos de democratização exatamente quando o cerco à democracia se fechava no cenário internacional; e de avançar em formas de organização capazes de enfrentar em escopo mais amplo – inclusive em âmbito latinoamericano – as conhecidas desigualdades da América Latina, exatamente quando o desemprego e as sucessivas reestruturações (produtiva, de formatação do Estado, etc.) fragilizavam as classes trabalhadoras.

Esse contexto complexo resultou em tentativas de equilibrar formidáveis lutas, ajustando-as a um patamar de resistência, resultando na diminuição da capacidade de organização dessas massas enquanto classe social. Por um lado, intensificavam-se as pressões por direitos e cidadania, de outro, uma aposta central na construção e/ou consolidação de uma efetiva “arena” democrática onde as reivindicações populares fossem legitimadas, procurando bloquear o tradicional uso aberto da violência proprietária.

Esta foi e é uma dificuldade dramaticamente real e cuja solução não parece próxima, uma vez que envolve uma multiplicidade de questões. No mesmo momento em que ocorria um cerco múltiplo ao escopo e alcance das democracias, as lutas populares por igualdade substantiva e por liberdade (de organização, de informação, etc), ficavam contidas nos limites da resistência aos ataques mais imediatos.

Abria-se portanto o flanco – aproveitado por diversas burguesias locais e multinacionais – de reapresentar e reaquecer “projetos de desenvolvimento” capitalista com feições ajustadas para “aliviar a pobreza”, reduzir as “desigualdades”, assegurar a “participação” popular, nos moldes e formatos sugeridos pelos organismos internacionais de defesa do capitalismo, com pequenos justes

locais.

É preciso ressaltar que muitos tentaram enfrentar o conjunto dos limites (da democracia, das condições 'neoliberais' e do capitalismo) na crença e expectativa de que eles se confundem e, portanto, enfrentar um é enfrentar o outro. O argumento não é falso, mas é insuficiente desde vários pontos de vista. O risco foi a centralidade do enfrentamento do neoliberalismo e da ampliação da democracia, reduzindo o escopo anticapitalista.

Do ponto de vista organizativo, isso significava formatos voltados para a cidadania, onde os temas das classes sociais e da relação – então rapidamente cambiante – entre trabalho e capital teria menor ênfase. Em alguns casos o tema foi praticamente proscrito em prol de atuações mais colaborativas e menos incisivas. O processo ocorreu tanto em âmbitos partidários, como em miríades de organizações originalmente populares, que pouco a pouco se convertiam em pequenas empresas filantrópicas. Muitas resistiram a essa tendência e recusaram os financiamentos e a cooptação que significavam, mas viam-se razoavelmente isoladas e com escassos recursos, acantonadas na resistência. Do ponto de vista sindical, envolveu o aprofundamento de tendências corporativas, isto é, voltadas para os interesses imediatos de segmentos de trabalhadores, com a legalização de centrais sindicais de tendências variadas no mesmo compasso em que se reduzia o universo dos sindicalizados (inclusive resultando de alterações nas formas de contratação dos trabalhadores, com as demissões, as terceirizações e precarizações). Do ponto de vista ideopolítico, o fenômeno chegou às raias do abandono do debate sobre o capitalismo. Em alguns casos, abriu-se combate aberto contra teorias e projetos políticos anticapitalistas, vistos como contraproducentes, que foram tachados de “arcaicos” e “ultrapassados”.

Não é difícil imaginar o salto para a defesa de um 'novo capitalismo' antineoliberal (social-liberal, neodesenvolvimentista, produtivo, com direitos, de bem-estar, soberano, etc.), como foi especificamente o caso brasileiro. Diversas iniciativas procuravam minorar as condições de pobreza, ou ampliar o acesso a serviços públicos, mas boa parte delas já se configuravam como programas múltiplas – focalizadas e estreitas – sem configurar efetivas políticas de Estado, do ponto de vista da garantia de direitos. Acabaram abrigando generosamente o empresariado através de inúmeras formas de estímulo. Lançava-se uma severa confusão nas bases organizativas da classe trabalhadora, chamadas a participar pro-ativamente dos novos formatos de “empreendedorismo social”, institucionalizando a sujeição. Paralelamente, permanecia (e se aprofundava) criminalização das demais formas de rebeldia social.

Florestan alertara que lutas no interior da sociabilidade burguesa reduziam a amplitude organizativa da classe trabalhadora e as mantinham nos limites estreitos de uma Ordem dominada por burguesias desprovidas de projetos civilizatórios. As modalidades de incorporação – segundo

ele, aceitação da racionalidade burguesa e dos desenvolvimentismos, assim como o tensionamento entre setores burgueses – poderiam ser reatualizadas. O custo parece hoje em dia ainda maior do que há quase 40 anos atrás: naturaliza-se um horizonte histórico fechado, no qual só parecem admissíveis opções capitalistas.

## 2. Redução da democracia ao âmbito eleitoral

Por várias razões, uma significativa parcela das lutas sociais na América Latina – e dos partidos originados na esquerda – nasceu de lutas com teor anticapitalista porém progressivamente tendeu a adequar-se a limitações ditas “democráticas”, chegando a alguns casos à sacralização do capitalismo. Roberto Regalado, cientista político cubano, publicou em 2008 um livro sobre o Foro de São Paulo, intitulado **Encuentros y desencuentros de la izquierda latinoamericana** (México, Ocean Sur). Nele sugere que houve uma mudança no período pós ditaduras na AL, marcadas pela segurança nacional. As democracias nascentes tenderam a democracias restritas, como maneira de “implantar os mecanismos transnacionais de dominação política”, sobretudo a partir da introdução da chamada *cláusula democrática* a todos os organismos e acordos regionais na OEA. Algumas horas depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, aprovou-se a “*Carta Democrática*”, impondo um esquema único de “democracia neoliberal por trás da fachada da governabilidade democrática” (REGALADO, 2008: 21-2) “*Antes, oposição a qualquer acesso da esquerda ao governo; agora pretende uma esquerda prisioneira para compartilhar os custos da crise capitalista e legitimar o sistema de dominação.*” (Id.: 23, grifos nossos).

Ainda que mencione permanentes embates internos entre propostas de reforma e de revolução no Foro de São Paulo, que reúne grande diversidade de partidos de esquerda da América Latina, Regalado considera ter ocorrido o “fim da etapa da história da AL caracterizada pelo choque entre as forças da revolução e da contrarrevolução, mas [início] de outra etapa, com mobilização social e concorrência da esquerda no esquema da democracia neoliberal”. (Id.: 4).

Florestan havia sugerido precocemente que formas de democracia de cooptação, ou formas mais consensuais de segurança para as burguesias locais poderiam colocar-se em marcha. Para além disso, ocorreu uma intensificação de certo ativismo sociopolítico burguês, expresso na disseminação de aparelhos privados de hegemonia voltados para o apassivamento social, distinto do tradicional e único recurso à violência, ainda que sem dispensá-lo (FONTES, 2010).

Ora, porque tal encerramento ou aprisionamento da democracia foi aceito por esquerdas com tradições tão múltiplas? Seguem algumas hipóteses, já bastante trabalhadas por diversos autores.

a) deslumbramento pelos atributos formais da democracia e o fascínio pela possibilidade do ingresso pacífico no ambiente parlamentar, que deveria encaminhar as novas conquistas



democratizantes. Limitar-se a esse espaço envolvia reduzir significativamente as formas organizativas e os processos formativos das massas trabalhadores enquanto classe. O fascínio não era apenas ideológico e envolvia profundo transformismo de lideranças dos setores populares, alçadas a nova condição social (COELHO, 2012; GARCIA, 2012).

b) o fim da guerra fria, com a crise e desmoronamento da URSS, que aliada ao impacto das novas e fortemente mediatizadas imposições globalitárias, ceifou uma parcela significativa dos partidos populares. Uma grande parte dos Partidos Comunistas desapareceu, e seus antigos militantes converteram-se à admissão da impossibilidade de superação do capitalismo; os partidos de cunho social-democrático rapidamente converteram-se em garantidores da ordem neoliberal;

c) a crença de que, abandonando antigas ideias “radicais”, passariam a contar com o apoio sinceramente democrático dos países centrais, a começar pelos Estados Unidos. Aceitar e manter-se no terreno – mesmo que restrito – atribuído como o único passível de democratização parecia ajudar a assegurar democracia, e não a limitá-la. Esse é o caso explícito, por exemplo, de Francisco Weffort, no livro 'Porque democracia' (1985), no qual pretendia justificar para assessor da embaixada americana o abandono do tema da revolução (p. 11-19). Weffort, após ter participado da direção do Partido dos Trabalhadores, no Brasil, se bandearia para o Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB, para aplicar rigorosa e sistematicamente os ditames do neoliberalismo no Brasil e o enclausuramento das opções de expansão democrática.

Os procedimentos de redução do escopo democrático são um trágica permanência histórica, intensificada nas últimas décadas. Evidenciaram-se em diversos momentos de ferrenha oposição às lutas populares pela democracia. Em rápido apanhado, vale lembrar as as limitações impostas pelos chamados “pais fundadores” da democracia nos EUA<sup>2</sup>; o verdadeiro bloqueio realizado pelas classes dominantes europeias no século XIX, secundadas pelo pensamento liberal (MACPHERSON, 1978) e seus ativistas. Na década de 1970, a introdução do tema da “governabilidade” pela Trilateral sugeria proteger a democracia contra ela própria. A Trilateral, entidade supranacional dos grandes capitais imperialistas e seus intelectuais orgânicos associava EUA, Europa e Japão. Em seus encontros multinacionais, diversos de seus intelectuais repisaram os riscos do excesso de democracia. Em recente análise sobre essa documentação, Rejane Hoeveler destaca que

“a aparente tautologia de que a democracia está na origem da crise da democracia esconde que o conceito de “democracia” aqui subjacente é o de conjunto de procedimentos que

---

2 Em recente matéria na revista Piauí n. 117, junho de 2016, Andrew Sullivan teme que os Estados Unidos sejam derrotados por... excesso de democracia. Orgulhosamente lembra que os pais fundadores (autores da Declaração de Independência e da Constituição dos EUA) - atuaram “para proteger a democracia da tirania da maioria e das paixões das massas, eles *levantaram grandes e pesadas barreiras entre a vontade popular e o exercício do poder*”, que na atualidade estariam menores e mais frágeis, deseducando as elites. (p. 32, grifos nossos).

garantem a ordem democrática. O que aparece como “ameaça” à democracia posta pelos movimentos [sociais] é na verdade ameaça aos movimentos: se estes não se colocarem em seus lugares, até o mínimo que se considera como democracia (eleições, representação, liberdade de expressão) está em xeque.” (HOEVELER 2015: 284).

Ainda mais recentemente, no final da década de 1980, o Banco Mundial elabora e dissemina a noção de “governança”:

“No momento em que o impulso liberalizador ganhava fôlego com o fim da guerra fria, o Banco Mundial desenvolveu três coordenadas estratégicas que orientariam a sua ação política, intelectual e financeira nos anos seguintes. A primeira delas consistia na consolidação e difusão de um modelo de alívio compensatório da pobreza, umbilicalmente ligado ao processo mais amplo de remodelagem da política social. A segunda consistia na mudança do papel do Estado na economia. A terceira consistia na redefinição da forma pela qual as reformas estruturais deveriam ser governadas.” (PEREIRA, 2010: 279)

Como tais preceitos se relacionam com a democracia? Ela seria mais uma vez ressignificada no plano internacional, remetendo doravante sobretudo à “democracia de mercado”. Com isso, deveria em primeiro lugar, conter as massas populares através de programas reguláveis alívio à pobreza (cancelando os direitos); em segundo através de um extenso programa de privatizações que, boa medida, retiraria da participação no Estado diversos segmentos populares e, portanto, alijava-os das condições de luta e defesa de seus direitos. Em terceiro lugar, uma nova gestão pública, chamada de *governança*, asseguraria a configuração de políticas domésticas de maneira plenamente amigável ao mercado e às exigências dos grandes capitais e entidades internacionais (Id.: 277-8).

O tema da *governabilidade*, formulado como contraposição às pressões democratizantes, recebia o acréscimo de uma forma específica de *governança*, que estipula o desenho, alcance e limites da *própria formulação de políticas*. Reconfigurava-se a estrutura política estatal como espaço de administração da ordem capitalista, esvaziando-a totalmente dos embates de projetos sociais diversos e, portanto, da grande política. Algumas esquerdas eleitorais acataram a tarefa de implementar essa redução democrática... em nome da democracia.

3) usos e abusos da democracia – setores dominantes brasileiros, a pauta “democrática” e sua exportação para a América Latina

O Brasil vivencia agora uma enorme crise, cujos contornos seguem ainda bastante obscuros<sup>3</sup>. Não obstante, nas últimas décadas o país atravessou uma expansão sem precedentes das relações sociais capitalistas. Dentre elas, destacam-se a) a permanência e o enrijecimento de expropriações primárias e secundárias. Nas expropriações primárias, prosseguem as expulsões das

---

3 Vale lembrar que esta apresentação ocorreu antes do golpe jurídico-parlamentar contra a presidente eleita, Dilma Rousseff.

populações trabalhadoras rurais (além de indígenas, quilombolas, dentre outros), submetendo-as ao mercado, desprovidas de quaisquer formas de auto-sustentação. Quanto às expropriações secundárias, aprofundaram-se as retiradas de direitos dos trabalhadores urbanos, atualmente a esmagadora maioria da população; b) avanço da capitalização acelerada do campo (agronegócio), com o aprofundamento da concentração e centralização da propriedade da terra e de capitais; c) aumento da centralização e da concentração de capitais, com forte apoio público (sobretudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES), intensificando e consolidando empresas com caráter multinacional, cujo principal espaço de atuação é a própria América Latina.

As interpretações sobre essa expansão de empresas brasileiras são bastante divergentes e não entraremos nessa discussão. Basta lembrar que para muitos ela expressou o aprofundamento dos laços de amizade entre governos e povos latinoamericanos, em especial no que concerne à relação entre o Brasil, a Bolívia, o Equador, a Venezuela e Cuba, que por suas lutas sociais e políticas enfrentavam bloqueios no acesso a financiamentos, a bens e serviços internacionais. Para outros, se a aproximação com tais países era louvável, ela envolvia também procedimentos característicos de potências imperialistas.

Boa parte do debate sobre essa expansão diplomática, econômica e empresarial centrava-se na atuação dos governos Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores. No período Lula houve um salto na atuação econômica e diplomática voltada para a América do Sul. Enganam-se entretanto aqueles que supõem que esses processos de cunho expansivo, com justificativa na democracia, limitam-se ao PT. Há uma verdadeira batalha, discreta aos olhos do grande público, sobre a importância da “exportação da democracia brasileira” para a América Latina e sobre quem será seu mais significativo porta-voz<sup>4</sup>.

De um lado, o Instituto Lula apresenta como sua missão o estímulo, em outros países, especialmente África e América Latina, das realizações democráticas realizadas no Brasil:

“O principal eixo de atuação do Instituto Lula é a cooperação do Brasil com a África e a América Latina. O *exercício pleno da democracia e a inclusão social aliada ao desenvolvimento econômico* estão entre as principais realizações do governo Lula que o Instituto pretende estimular em outros países.” (<http://www.institutolula.org/sobre>, acesso 14/09/2015. Grifos meus, VF).

Mas os objetivos dessa proposição democrática vão mais longe, e no mesmo site do Instituto Lula há menção a evento realizado em maio de 2015 sobre integração produtiva da América Latina:

“Recentemente, o Instituto Lula promoveu encontros com movimentos sociais e com

---

4 Ver o instigante trabalho de pesquisa de Diego M. D. Paulo, “A “Plataforma Democrática”: apontamentos sobre um intelectual orgânico do capital-imperialismo no Brasil”, apresentado no Encontro Nacional da ANPUH, Florianópolis, 2015.

intelectuais da região [latinoamericana] para debater os desafios à integração. O trabalho continua, *com um encontro com empresários previsto para os próximos meses.*” In: <http://www.institutolula.org/america-latina/iniciativa>. Acesso 14/09/2015 Grifos meus, VF)

Outra entidade associativa também em nome de ex-presidente brasileiro, disputa a definição de democracia e sua “exportação”. O Instituto Fernando Henrique Cardoso<sup>5</sup>, auto-assumidamente um think-tank, orgulha-se de seu objetivo de produzir *impacto* em políticas públicas:

No 9º relatório anual divulgado pela Universidade da Pensilvânia, EUA, que avalia e classifica quase 7.000 Think Tanks em todo o mundo, a Fundação iFHC ficou entre os três mais importantes do Brasil, entre os 15 mais importantes na América do Sul e América Central e no 67º lugar na categoria “Think Tanks com o impacto mais significativo em políticas públicas”. Confira o relatório completo da Universidade da Pensilvânia “Global Go to Think Tanks 2014” (In: <http://www.ifhc.org.br/publicacoes/think-tanks/>. Acesso 14/09/2015)

Dentre suas iniciativas mais destacadas, encontra-se uma voltada explicitamente para a difusão da democracia na América Latina, intitulada *Plataforma Democrática*, iniciada em 2008 em cooperação com o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

“Criado em 2008, o projeto **Plataforma Democrática** tem como objetivo identificar, analisar e debater os principais desafios ao fortalecimento da democracia na América Latina. Para tanto, realiza debates e produz estudos em cooperação com uma rede de instituições parceiras em vários países da região e mesmo fora dela. Aborda temas que vão desde o impacto dos novos meios de comunicação e das novas formas de ativismo social até os efeitos de mudanças na geopolítica e na economia globais sobre as democracias latino-americanas. Coordenado em parceria com o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, o Plataforma Democrática conta com um site próprio ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)) que oferece acesso gratuito a uma videoteca com os debates realizados dentro do projeto e a um conjunto de publicações, entre elas a edição em português do Journal of Democracy.” (In: <http://fundacaofhc.org.br/iniciativas/plataforma-democratica>, acesso 20/07/2016

A própria Plataforma Democrática é mais explícita:

“*Plataforma Democrática* é uma iniciativa dedicada a *fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina*, através do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.” [<http://www.centroedelstein.org.br/PlataformaDemocratica.asp>, 14/09/2015. Grifos meus, VF).

Uma das primeiras iniciativas da Plataforma Democrática foi a tradução sistemática do Journal of Democracy, publicado originalmente nos Estados Unidos pela National Endowment of Democracy-NED. Iniciativas das burguesias de países latinoamericanos incorporam a defesa do imperialismo *tout court*, traduzindo-o, incorporando-o e ajustando-o a seus próprios interesses. No que concerne ao papel do Brasil na América do Sul, texto dos dirigentes da Plataforma Democrática considera que:

---

5 O iFHC recentemente passou a denominar-se Fundação Fernando Henrique Cardoso.

“focalizando o papel do Brasil na América do Sul, um país que está sendo chamado, devido a seu crescente peso econômico na região e no mundo, e em razão do provável vazio deixado pela perda do peso relativo dos Estados Unidos, a exercer um papel cada vez maior de liderança.” (...) “Nos últimos dez anos, as relações do Brasil com os outros países da América do Sul tiveram duas características fundamentais. Por um lado, observamos que o discurso oficial dá uma importância cada vez maior à região; também é possível observar um conjunto de numerosas iniciativas pontuais do governo, algumas de grande expressão política, como a criação da União das Nações Sul-Americanas. Por outro lado, identificamos um aumento da presença de empresas brasileiras nos países vizinhos, com a intensificação dos fluxos comerciais (ainda que, em termos relativos, tenha sido observada uma estabilidade). Tão marcante quanto essas duas características é a *ausência de uma estratégia mais clara e ambiciosa do Brasil em relação a seu entorno geográfico imediato*. “ (SORJ e FAUSTO, 2010: 7-9. Grifos meus, VF)

Não entraremos aqui nas diferenças – reais e que merecem ser esmiuçadas – dos dois aparelhos privados de hegemonia sobre o teor da democracia, as formas proposta para sua “difusão” e seus diversos colaboradores nos demais países da região. Há diferenças, e não pequenas, no conteúdo e na forma de implementação das políticas propostas pelo PT e pelo PSDB. Ainda que ambos implementem políticas destinadas a consolidar o predomínio do capital, suas origens e seus públicos-alvo distintos se traduzem em configurações distintas. Navegam ambos entretanto na pequena política, incapazes de abrir horizontes de efetiva transformação, embora com trajetórias históricas diversas.

Ora, chama a atenção que as duas entidades “civis” de ex-presidentes brasileiros elejam a democracia como central para a América Latina. Em primeiro lugar, aceitam os termos no quais o debate político parece ter-se acantonado no cenário mundial, a começar pela aceitação da cláusula democrática na carta da OEA, implementada sintomaticamente em 11 de setembro de 2001, sob o governo Fernando Henrique Cardoso. Novamente, vale a ressalva de que sua eventual aplicação encontrou posições bastante diversas entre o PSDB e o PT.

Em segundo lugar, as questões mais concretas das lutas sociais latinoamericanas ficam à sombra. As desigualdades, a violência endêmica, o peso desproporcional dos grandes proprietários (de terras e de capital), a criminalização de lutas sociais, as retiradas de direitos, não são mencionados em ambos os institutos. Parece, em todos os casos, que os problemas regionais derivam de um insuficiente *desenvolvimento*, palavra que assume o condão mágico solucionar todas as dificuldades, deixando de lado a própria existência de classes sociais e, sobretudo, o fato de as enormes riquezas produzidas na América Latina jamais se converterem em melhorias das condições de vida das grandes massas populares.

Para finalizar essa intervenção, a “democracia” se esvazia de substância própria e fica reduzida a motor de indução de projetos econômicos. As lutas pela liberdade e igualdade efetivas desaparecem, substituídas por termos vagos e esvaziados de sentido. Vale lembrar que liberdade significa a possibilidade socialmente construída de escapar ao imperioso reino da necessidade, e não a imposição da necessidade (a fome, a escassez) como condição de existência para as maiorias. Da

mesma forma, a igualdade social é a única condição para o pleno florescimento das diferenças: onde não há igualdade, impera a hierarquia.

## BIBLIOGRAFIA

- COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*. São Paulo, Xamã, BA, Ed. Da Univ. Estadual de Feira de Santana, 2012.
- FERNANDES, Florestan. *Poder e contra-poder na América Latina*. Rio, Zahar, 1981
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ e Edit. EPSJV-Fiocruz, 2010.
- GARCIA, Cyro. PT: de oposição à sustentação da ordem. 2A ed., Rio, Achiamé, 2012.
- HOVELER, Rejane. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)*, Dissertação de Mestrado, PPG História-UFF, 2015;
- LOSURDO, Domenico. *Contra-História do Liberalismo*. 2A ed., Aparecida-SP, Ideias & Letras, 2006
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo. Triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo, Ed. Unesp, 2004.
- MACPHERSON, C. B. A democracia liberal. Origens e evolução. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- ONU – Organização das Nações Unidas. *World Urbanization Prospects, the 2014 revision*. In: <https://esa.un.org/unpd/wup/cd-rom/>. Acesso em 21/07/2016.
- PAULO, Diego M. D. “A “Plataforma Democrática”: apontamentos sobre um intelectual orgânico do capital-imperialismo no Brasil”. Encontro Nacional da ANPUH, Florianópolis, 2015, mimeo.
- PEREIRA, João Marcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio, Civilização Brasileira, 2010.
- REGALADO, Roberto. *Encuentros y desencuentros de la izquierda latinoamericana*. México, Ocean Sur, 2008.
- SORJ, Bernardo e FAUSTO, Sergio. Dinâmicas geopolíticas globais e o futuro da democracia na América Latina. Working Paper n. 1, Plataforma Democrática, 2010. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/arquivos/dinamicas%20geopoliticas%20globais.pdf>
- SULLIVAN, Andrew. “Trump e os limites da democracia”. *Piauí* n. 117, junho de 2016,
- WEFFORT, Francisco. *Porque democracia*. SP, 3ª ed., Brasiliense, 1985.